

INTERIORIZAÇÃO

LAURO DE FREITAS



As condições inseguras de trabalho tornam ainda mais difíceis os atendimentos às demandas de emergência

Ilegalidade na demissão de médicos da SAMU

Cinco médicos da unidade SAMU Estrada do Coco, em Lauro de Freitas, foram readmitidos depois de longa batalha, mas o retorno para seus postos não foi tranquilo. Mais uma vez, a prefeitura surpreendeu alterando totalmente as escalas de serviço, reposicionando os profissionais em dias diferentes dos que eram antes da demissão ilegal, ocorrida no início do mês de outubro. O problema é que, como todos sabem, esses médicos possuem mais de um vínculo de trabalho, gerando choques entre os horários.

Já não foi fácil fazer com que o prefeito da cidade, Márcio Araçonga Paiva, readmitisse os médicos. Teve que ser promulgada uma ação civil pública decretando a reintegração imediata, com multa diária de R\$ 2500 e, mesmo assim, não funcionou. Depois disso, o Ministério Público pediu aplicação da multa prevista direto na conta pessoal do prefeito referente ao período entre a intimação e a data da petição e expedição de ofício ao secretário municipal de Saúde, Sr. Presídio Gonçalves Gomes Filho, para, só assim, ele cumprir a reintegração em imediato.

O aviso sobre o desligamento foi feito pelo telefone, no

dia 10 de outubro. A médica intervencionista, Elaine Cunha, foi surpreendida: “Desconfiava da demissão porque, há um mês, dez profissionais já haviam sido demitidos, mas não acreditava que a prefeitura fosse desestruturar um importante instrumento da população. Nenhum médico pode ocupar lugar de outro quando a demissão é irregular. E agora?”. Elaine, assim como a maioria dos demitidos, prestava serviços à equipe há mais de cinco anos. Além dos cinco médicos, o pacote de demissão da prefeitura incluiu quatro enfermeiros, cinco técnicos de enfermagem, quatro condutores de ambulância e dois motociclistas do SAMU. Também foram flagradas uma UTI móvel desativada e quatro ambulâncias paradas.

ALAGOINHAS

Contratação por cooperativa faz mais vítimas

O título exagerado é uma forma de chamar a atenção dos médicos sobre os riscos do falso cooperativismo. Mais um caso de demissão sumária por telefone aconteceu com sete médicos integrantes da SAMU de Alagoínhas. Eles eram contratados por intermédio da Cooperativa de “Trabalho em Saúde e Serviços Cooperativos”.

Os perigos do falso cooperativismo foi, inclusive, assunto de debate no I Seminário Médico e Relações de Trabalho, ocorrido no Sindimed, em novembro. Foi reforçado que, com a substituição de postos formais pelos informais (como cooperativas), os médicos ficam privados de receber verbas rescisórias cabíveis na circunstância de demissão, além de outros reveses.

A condição de precarização do trabalho põe em risco toda população “assistida”. Neste caso, a unidade funcionava com três médicos por equipe, passando a ter só dois, o que pode ser decisivo no atendimento de caráter emergencial.

SÃO FRANCISCO DO CONDE



Demissões incluem médica gestante

Quatro médicos do setor de emergência do Hospital Municipal Docente Assistencial Célia Almeida Lima (HDACAL), em São Francisco do Conde, foram surpreendidos com demissão no fim mês de novembro, dentre eles uma gestante. Em total demonstração de indiferença sobre a seguridade dos profissionais, a empresa gestora, Instituto de Assistência à Saúde e Promoção Social (PROVIDA), deu o aviso de desligamento por telefone.

“Trabalhava lá há quatro anos e fui demitida sem justa causa, por ligação”, relatou a médica Ellen Freitas Ferraz, demitida quando estava com 19 semanas de gestação e sem o direito fundamental à maternidade respeitado. Todos os médicos que trabalham na unidade são contratados como pessoa jurídica e existem indicações de que mais serão demitidos.

Com a terceirização ilegal e a precarização das relações contratuais, os médicos acabam prestando serviços a mais de uma empresa e se exaurem com rotinas de duplas ou tripas jornadas, o que influencia diretamente na qualidade de atendimento prestado.

O Sindimed apoia o livre arbítrio do profissional na escolha pelo vínculo de pessoa jurídica e luta para que seja devidamente assistido pela legislação. Se a relação jurídica é de emprego titulado pela legislação brasileira, os direitos dos profissionais devem ser respeitados.



Foto: saofranciscodoconde.ba.gov.br

A unidade é terceirizada desde o ano de 2013

JUAZEIRO



A unidade é referência na região em Juazeiro, conta com 74 médicos

Paralisação por falta de pagamento

O grave e recorrente problema dos atrasos salariais levaram os médicos do Hospital Regional de Juazeiro a deflagrar nova paralisação por tempo indeterminado, no dia 26 de janeiro. Sem pagamento desde dezembro, os profissionais decidiram atender apenas os casos de urgência e emergência.

Além da falta de pagamento, os médicos enfrentam carência de materiais de trabalho indispensáveis, como insulina, glicose e boa parte dos antibióticos. Segundo um dos profissionais, desde julho de 2016 não há recolhimento de FGTS e INSS no Hospital Regional de Juazeiro, pertencente ao Governo do Estado, mas administrado pela APMI.

O médico disse, ainda, que há três faturas em aberto no valor respectivo de R\$ 3,719 milhões, montante indispensável ao pagamento da folha de pessoal e aquisição de material, dentre outras despesas. O Hospital Regional de Juazeiro é a principal referência em atendimento público para comunidades de 53 municípios da rede PEBA (Pernambuco e Bahia).

ALCOBAÇA

Foto: primeirojornal.com.br

O hospital São Bernardo está em situação de decadência, sem materiais básicos para atendimento

Médicos denunciam atraso de salário e falta de insumos

Os quatro médicos do Hospital São Bernardo, em Alcobaca, há quatro meses não recebem salário e, por isso, suspenderam os atendimentos, exceto nos casos de internações em estado de extrema urgência.

Na unidade, não tem soro, material para identificação e nem medicações básica, de acordo com o médico Pedro Chicon Muniz. “Os pacientes chegam lá em estado grave e não têm nem como serem hidratados, nada está funcionando”, desabafa.

A paralisação ocorreu em dezembro e foi solicitado, junto à prefeitura, suporte de trabalho para o período de festas,

quando a procura é maior, “mas eles falaram que iam ajudar e, até hoje, não deram retorno”, conta Chicon. Quarenta atendimentos por dia é a média de demanda do hospital, que é privado e terceirizado pela prefeitura, sendo a Santa Casa de Misericórdia a atual gestora. Só clamando por misericórdia pra ver se a situação se regulariza.

CASA NOVA

Sem salário e sem materiais de trabalho

Médicos plantonistas do Hospital Municipal de Casa Nova, município situado na divisa com Piauí e Pernambuco, trabalham sem saber se vão receber salário. As condições tornam-se ainda mais adversas por conta da falta de insumos e da vulnerabilidade dos contratos inseguros. A categoria busca apoio no Sindimed e aguarda regularização.

Segundo José Carlos Viana Tanuri Júnior, delegado do Sindimed, os pagamentos de novembro e 13º salário não foram efetuados. O Sindimed fará notificação por ofícios ao Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público do Estado (MPE), Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab), Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Cremeb), Prefeitura de Casa Nova e Secretaria de Saúde de Casa Nova.

MADRE DE DEUS

Demissões ilegais no Hospital Municipal Eduardo Bahiana

Em pleno período eleitoral (novembro), 12 médicos do Hospital Municipal Eduardo Bahiana (HMERB), em Madre de Deus, há 28.1km de Salvador, foram desligados de seus postos. A unidade é de média complexidade e oferece atendimento ambulatorial e de emergência 24 horas.

Das áreas de cirurgia, ortopedia, gastroenterologia e outras especialidades, os profissionais foram demitidos

em período eleitoral, em que é ilegal nomear, contratar, admitir, demitir sem justa causa ou exonerar servidores públicos. A atual gestão administrativa do hospital é a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Castro Alves (APMI), qualificada como ONG. O Sindimed deixa claro que organizações não governamentais devem seguir as normas de Direito Público, ainda que privadas.

ILHÉUS



Plantões desfalcados prejudicam trabalho

O presidente do Sindimed ouviu queixas dos médicos e reiterou, junto a Promotoria Pública, a atenção aos vínculos trabalhistas, especialmente os que vão trabalhar em hospital que está em construção

As precárias condições em que trabalham os médicos do Hospital Regional Luiz Viana Filho motivaram a ida do presidente do Sindimed, Francisco Magalhães, a Ilhéus, no dia 23 de janeiro. Curiosamente, o problema é discutido menos de um mês após a Sesab divulgar em seu site o “ritmo acelerado” das obras de reforma e ampliação da Emergência daquele importante hospital. Francisco Magalhães esteve no local e disse não ter visto obras.

Ele conferiu, sim, o nível de insatisfação dos médicos quanto aos plantões desfalcados, problema que estimula, inclusive, vários deles a cogitar pedido de demissão. Segundo Magalhães, o problema persiste mesmo após o Ministério Público do Estado determinar ao governo colocar em cada plantão dois especialistas, respectivamente, em ortopedia, cirurgia, anestesia, pediatria e clínica. O dirigente sindical aproveitou a visita a Ilhéus e foi à Promo-

toria Pública, onde reportou ao promotor Pedro Nogueira Coelho os problemas relatados. Coelho sugeriu que o Sindimed faça uma provocação ao órgão para que providências cabíveis sejam tomadas.

NOVO HOSPITAL

Na conversa com Pedro Nogueira Coelho, Francisco Magalhães reiterou a atenção permanente do Sindimed quanto ao vínculo trabalhista que se estabelece entre os médicos e a direção das unidades de Saúde. O Hospital Regional da Costa do Cacau está em construção no município de Ilhéus e as atenções estão voltadas, justamente, para o vínculo que se estabelecerá. O mais interessante é que a admissão dos médicos seja através de concurso público, devido aos riscos representados pela pejotização (contratos na modalidade pessoa jurídica), que desconsidera direitos trabalhistas conquistados, como férias, 13º salário e aposentadoria.

O promotor ficou de participar de uma articulação voltada a uma ampla discussão do assunto na região. Segundo informações do Governo do Estado, o Hospital Regional da Costa do Cacau deve ser entregue no primeiro semestre deste ano. Deverá contar com 180 leitos numa primeira fase, incluindo leitos de terapia intensiva adulto e neonatal. Terá, também, o serviço de cirurgia cardíaca, que será responsável por atender toda a região Sul. Para a segunda fase, estão previstos mais 120 leitos do equipamento hospitalar, considerado de grande porte. A unidade oferecerá atendimento em ortopedia e cardiologia, dentre outras especialidades. Haverá 30 leitos de UTI na primeira etapa.

Francisco Magalhães conversou com os médicos insatisfeitos sobre as condições de trabalho oferecidas pelo Hospital Regional Luis Viana

